

Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste domingo

22/12/2013

Relator do processo do mensalão tucano, o ministro Luis Roberto Barroso disse que seu voto deverá estar pronto até meados do primeiro semestre do ano que vem. O processo está na fase das alegações finais. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Sem vontade

O presidente do TJ-SP, desembargador Ivan Sartori, que deixa o cargo em janeiro, disse que não tinha vontade de se reeleger e que o Supremo Tribunal Federal não aceitaria a reeleição. Uma decisão do CNJ o impediu de concorrer novamente. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Direitos cortados

Presos desde o dia 15 de novembro, o ex-ministro José Dirceu e os demais condenados do mensalão foram obrigados a doar seus livros para a biblioteca da Penitenciária da Papuda e passaram a ter a leitura limitada a duas horas diárias - das 9h às 11h. As visitas agora ocorrem em ambiente dividido por um vidro duplo, sem ventilação e por meio de um interfone. Não há mais contato físico. As caravanas de congressistas também foram proibidas. A mudança na rotina da penitenciária ocorreu após o Ministério Público do Distrito Federal pedir à Justiça isonomia no tratamento dos presos. As informações são do jornal **O Estado de S.Paulo**.

Ranking

Empresas de telefonia, bancos e concessionárias de energia dominam o topo da lista das dez empresas mais processada por consumidores, entre janeiro e novembro deste ano, nos Juizados Especiais Cíveis do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ). Na relação: Oi (68.994), Santander (32.910), Claro (31.692), Itaú (31.381), Light (23.280), Bradesco (22.304), Ampla (21.930), Oi Celular (20.911), Itaucard (16.853). O ranking das Top 30 do TJ-RJ, inclui todas as grandes varejistas brasileiras. Entre as dez primeiras posições, no entanto, apenas uma companhia do setor aparece, a Casas Bahia (15.980). As informações são do jornal **O Globo**.

Tese nova

O valor total das multas por dumping social aplicadas contra empresas acusadas de descumprir a legislação trabalhista chegou a R\$ 200 milhões neste ano. Segundo o ministro do TST Ives Gandra Martins Filho ainda não há decisões da corte superior com condenação transitada em julgado por dumping social. A tese deve ser analisada pelos ministros no início do ano que vem. As informações são do jornal **O Globo**.

Barrados na fronteira

O Estados Unidos deportaram no ano fiscal de 2013 quase 370 mil pessoas detidas em suas fronteiras. Há dez anos, o número não chegava a 200 mil. O procedimento é endossado por uma opeação chamada stremline, espécie de julgamento coletivo em que os clandestinos recebem sentença antes da deportação. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Análise

Em análise para o jornal **Folha de S.Paulo**, o professor da FGV Direito Rio Joaquim Falcão diz que existem múltiplos Supremos. O que funciona como última instância do Judiciário, o que está em sintonia com os cidadãos e o que atua como Poder da República perante o Congresso e o Executivo. Sobre o primeiro, diz: “O Supremo não quer abrir mão de nada. Para ninguém. Nem para os tribunais estaduais, ou superiores. É excesso de concentração de poder. Nem o Supremo se une a favor de legislação que lhe reduza os recursos, como no caso da Emenda Peluso. Nem toma outra iniciativa de fazê-lo. Ativismo quantitativista.” Sobre o segundo, afirma: “Tem muito avançado e na direção certa. Até o mensalão o Supremo nunca havia condenado à prisão em definitivo alguém com foro privilegiado. Agora não mais.”. E sobre o terceiro, prega cautela: “Temos visto um Supremo inquieto, de ministros divididos. Uns querendo respeitar o espaço congressual, outros querendo avançar. O receio de surgir um Supremo expansionista está se tornando rotina nos julgamentos. É preciso que o Supremo se apazigue”.

Opinião

Em editorial, o jornal **O Estado de S.Paulo** diz que é “irrealista” a decisão do TJ-SP que manda a Prefeitura de São Paulo criar 150 mil vagas na rede de educação infantil até o fim do mandato de Fernando Haddad (PT). Do total, metade devem ser criadas em 18 meses. “Mesmo que queira - e deve-se supor que assim seja -, a Prefeitura não conseguirá obedecer àqueles prazos. Recorde-se de que, em meados de 2011, o Supremo Tribunal Federal manteve decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que determinava à Prefeitura fazer praticamente o mesmo que agora, isto é, matricular em creches e pré-escola as crianças menores de 5 anos. A diferença é que desta vez o Tribunal desceu a detalhes, estipulando prazo e números precisos e criando até órgão para fiscalizar sua observância. A determinação não foi obedecida então e quase certamente não será agora, entre outros motivos, por impossibilidade material”, diz o jornal.

Em editorial a **Folha de S.Paulo** afirma que é preciso fortalecer a Defensoria Pública no país. Citando dados do Atlas de Acesso à Justiça, divulgado pelo Ministério da Justiça, diz que o número defensores públicos está abaixo do ideal. “De acordo como o Ministério da Justiça, o país deveria contar com um defensor público para cada 10 mil pessoas que recebam até três salários mínimos. Para alcançar tal índice, o Brasil precisará contratar mais de 10 mil profissionais. Atualmente, apenas Distrito Federal e Roraima não têm deficit nesse campo. Fortalecer a Defensoria Pública é tarefa urgente e imprescindível para o Brasil romper a barreira que separa ricos e pobres também no acesso à Justiça. Enquanto isso não acontecer, nem todos serão iguais perante a lei.”



Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2013-dez-22/noticias-justica-direito-jornais-288/>